

**EDUCAÇÃO**  
**INCLUSIVA: reflexões**  
**sobre a avaliação,**  
**performance e**  
**complexidades**

INCLUSIVE EDUCATION:  
reflections on evaluation,  
performance and complexities

EDUCACIÓN INCLUSIVA:  
reflexiones sobre la evaluación, el  
rendimiento y las complejidades

**Rosa Jussara Bonfim Silva**<sup>1, 2</sup>

**RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo investigar a avaliação na educação inclusiva com alunos do Pré I e do Pré II do Centro Municipal de Educação Infantil X, da cidade de João Pinheiro. As metodologias apresentadas consistem em uma investigação teórica, entrevistas de profissionais especializados, com a intenção de diagnosticar e promover o processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, buscando apoiar-se em uma avaliação qualitativa, onde leve em consideração o aprendizado efetivo do aluno. O estudo mostra a importância do profissional capacitado e atento aos processos de avaliação no cotidiano escolar, para a promoção da aprendizagem do aluno incluso. A reflexão, ação e planejamento são peças fundamentais para uma avaliação de qualidade, pautada no diagnóstico e no desenvolvimento diário do aluno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação; Inclusão; Profissional; Qualidade; Diagnóstico.

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília (UCB). Coordenadora do Curso de Pedagogia EAD da Faculdade FINOM desde 2016, Especialista em Convênios e PDDE do FNDE, Professora de Metodologia Científica, Metodologia da Pesquisa Jurídica, Orientação de TCC I e II no curso de Direito desde 2014, Política Educacionais e Reformas Educativas no Curso de Pedagogia da Faculdade FINOM. E-mail: [rosa.jsilva@catolica.edu.br](mailto:rosa.jsilva@catolica.edu.br).

<sup>2</sup> Endereço de contato da autora (por correio): Prefeitura Municipal de João Pinheiro, Secretaria Municipal de Educação. Praça Coronel Hermógenes 60, centro, CEP: 38770000 - João Pinheiro, MG - Brasil.

## **ABSTRACT**

The objective of this article is to investigate the evaluation in inclusive education with Pre I and Pre II students of the Municipal Center of Child Education X, in João Pinheiro. The methodologies presented consist of a theoretical investigation, specialized professionals interviews, with the intention to diagnose and promote the teaching-learning process of students with special needs, looking for a qualitative evaluation, where it takes into account the effective learning of the student. The study shows the importance of the trained and attentive professional to the evaluation processes in the daily school, to promote the inclusive student's learning. Reflection, action and planning are fundamental pieces for a quality evaluation, based on the diagnosis and daily development of the student.

**KEYWORDS:** Evaluation; Inclusion; Professional; Quality; Diagnosis.

## **RESUMEN**

El objetivo de este artículo es investigar la evaluación en educación inclusiva con estudiantes de Pre I y Pre II del Centro Municipal de Educación Infantil X, en João Pinheiro. Las metodologías presentadas consisten en una investigación teórica, entrevistas a profesionales especializados, con la intención de diagnosticar y promover el proceso de enseñanza-aprendizaje de los alumnos con necesidades especiales, buscando una evaluación cualitativa, donde se tenga en cuenta el aprendizaje efectivo del alumno. El estudio muestra la importancia del profesional capacitado y atento en los procesos de evaluación en la escuela diaria, para promover el aprendizaje inclusivo del estudiante. La reflexión, la acción y la planificación son piezas fundamentales para una evaluación de calidad, basadas en el diagnóstico y el desarrollo diario del estudiante.

**PALABRAS CLAVE:** Evaluación; Inclusión; Profesional; Calidad; Diagnóstico.

Recebido em: 30.10.2018. Aceito em: 25.11.2018. Publicado em: 14.01.2019.

## Introdução

O presente artigo busca discutir a avaliação como ferramenta no processo ensino-aprendizagem do educando, no que tange o processo de inclusão no ensino regular e indagar sobre o papel do educador especializado como formador de cidadãos participativos e inseridos no contexto social.

Luckesi (2002) descreve que uma das características da avaliação é ser uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, razão esta que influencia numa tomada de posição a respeito do mesmo, para transformá-lo ou para aceitá-lo. Avaliação é uma forma de julgamento de valores sobre a realidade e necessária para tomada de decisões.

Avaliar vem do latim e significa – *a valere*. dar valor significa que através da avaliação é que podemos encontrar o real valor daquilo que desejamos alcançar. Avaliar é um conjunto de ações voltadas para um estudo sistemático de determinado objeto, pessoa, processo, que busque emitir um juízo valorativo.

No processo de inclusão no ensino regular, a avaliação precisa ser planejada de acordo com as necessidades do aluno, adaptando-se ao tempo e aos materiais utilizados. Desta forma, o aluno com necessidades especiais deve ser avaliado de acordo com seu progresso, conforme tem seus direitos estabelecidos por lei.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) orienta em seu artigo 59, incisos I, II e III, a necessidade do profissional especializado e metodologias adequadas para o aluno incluso. Mas não basta estar descrito na lei, é preciso colocar em prática, através de planejamento, pesquisa e adequações do currículo, métodos adequados para que o aluno esteja realmente incluído no sistema regular de ensino.

[...] uma modalidade da educação escolar que visa promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2019v5n1p528>

necessidades próprias e diferentes dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes à idade, necessitando de recursos pedagógicos e metodologias educacionais específicos (PNEE-MEC).

Segundo Luckesi (2011) para que a avaliação educacional se torne um instrumento diagnóstico real visando o crescimento, esta deve estar apoiada em uma pedagogia que se preocupe com a transformação e não com a conservação.

A avaliação de aprendizagem é um dos motivos para o fracasso escolar, uma vez que ela pode conduzir o aluno ao fracasso ou ao sucesso, dependendo da forma como é administrada pelo professor. Segundo Santos e Silva uma das causas do fracasso escolar é a forma como as avaliações são conduzidas pelas escolas e os métodos tradicionalistas de ensino e classificatórios.

Com a avaliação é possível repensar o cotidiano escolar e as práticas pedagógicas envolvidas em busca um processo em que a o aprendizado seja efetivamente pautado nas necessidades e potencialidades do indivíduo, envolvendo a todos no processo de conhecimento.

Uma avaliação de aprendizagem de cunho diagnóstico é aquela que busca resultados insatisfatórios dos alunos, a partir de uma análise do professor. O caminho a ser percorrido é longo e árduo, necessita sair da zona de conforto, que há anos vem sendo executada com o tradicionalismo do meio educacional. Busca-se um autoconhecimento tanto do aluno quanto do professor acerca de suas ações e conhecimentos.

As práticas pedagógicas devem ser baseadas na qualidade para que se desenvolva uma avaliação diagnóstica que interfira em uma política educacional que questione o papel da escola e que o foco seja o real aprendizado dos alunos.

O docente que tem um trabalho focado no aprendizado do aluno e que utiliza de novos métodos de avaliação e auto-avaliação e os utiliza como ferramentas diárias, encontrará resultados mais satisfatórios de seus alunos,

mesmo com as adversidades do meio, promovendo a participação democrática de todos a favor do aprendizado.

### **Reflexões**

O ambiente escolar tem se tornado o principal local de discussão a respeito da inclusão, embora várias sejam as dificuldades encontradas por pessoas com necessidades especiais em diversos órgãos e repartições, em especial públicas.

As condições econômicas e sociais da população mudaram com o passar do tempo e junto com estas as metodologias de ensino também se tornaram mais abrangentes e democráticas. É possível perceber as diversas fases da educação nas em cada geração, da mesma forma como é possível perceber a quebra de paradigmas em relação à inclusão escolar.

Sasaki (1997, p. 18) relata que no que se refere aos sistemas de ensino “[...] assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que pertencer é um direito e não um status privilegiado que deva ser conquistado”.

Para o autor, a escola é um local que pertence ao aluno e que esta deve resgatar a socialização e a formação da cidadania para todos os alunos inclusive àqueles com necessidades especiais.

Na Declaração de Salamanca (1994) o termo pessoas com necessidades educativas especiais é assim apresentado, “a expressão necessidades educativas especiais refere-se a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem”. Essa expressão é substituída por Inclusão, que de acordo com a declaração é a junção de toda diversidade e o fazer com que todos os indivíduos aprendam juntos.

De acordo Sasaki (1997, p.41),

Inclusão é: Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n1p528>

incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. (SASSAKI, 1997 p. 41)

Para o autor, inclusão tem significado amplo na que diz respeito à sociedade, no ambiente escolar a inclusão deve ir além da prática e teoria, pois os agentes devem estar envolvidos no verdadeiro sentido de incluir. A escola deve ofertar ao aluno incluso assim como aos demais, um desenvolvimento e aprendizado com autonomia, com formação cidadã, onde o aluno consiga agir e reagir a diferentes situações da vida e consiga obter uma educação básica de qualidade respeitando o tempo e o limite de cada educando.

Oliveira (2014) relata que os termos, educação, cidadania, direito e deveres, socialização, democracia, são conceitos que se nos alternam diversos espaços de discussões, embora a Constituição Federal estabeleça cidadania e igualdade e que todos são iguais perante a lei, nos deparamos com uma realidade social com pensamentos arcaicos, cheia de paradigmas e muitas vezes alheiam ao que a lei propõe.

Vygotsky (1987, p.18), diz que é:

Sumamente relevante para o desenvolvimento humano o processo de apropriação por parte do indivíduo, das experiências presentes em sua cultura. O autor enfatiza a importância da ação, da linguagem e dos processos interativos, na construção das estruturas mentais superiores.

A interação da criança com necessidades especiais com o meio contribui plenamente para o desenvolvimento da criança, nos mais diversos aspectos, além de inseri-la no grupo de maneira autônoma e independente.

Por isso a escola se faz necessária no processo de cidadania e igualdade,

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n1p528>

haja vista que tem papel fundamental na formação de cidadãos e na socialização de alunos com necessidades especiais. A escola consegue trabalhar desde o início da formação da criança, criando ambientes que rompam as barreiras do preconceito promovendo a equidade e ambientes socializadores, onde os indivíduos conheçam seus direitos, deveres e obrigações, onde a educação seja efetivamente para todos.

Tratar de promoção da igualdade e respeito às diferenças é falar de direitos humanos, como afirma Viola (2007, p. 119);

Para sua compreensão, não só repensá-lo no interior de um horizonte histórico, mas que a este horizonte histórico se incorporem às noções de complexidade manifestas na cultura político-social de uma sociedade que produz (e reproduz) a comunidade e a sociedade de direitos. (VIOLA, 2007 p. 119)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), escrito em 1990 vem reforçar o direito garantido na Constituição à igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, sendo o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito; o respeito dos educadores; e atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular.

E ainda reforça a condição de sujeitos de direitos assegurada na constituição, com direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em processo de desenvolvimento. (ECA, Art. 15).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Decreto 6.094/2007 garantem o ensino regular para alunos com necessidades especiais, ou seja, a inclusão desta criança na rede regular, fato este se destaca pela ideia de Todos pela Educação, uma vez que em outros tempos os alunos inclusos deveriam freqüentar escolas próprias que tivessem exclusivamente atendimento especializado.

Os diversos movimentos pela inclusão, como expõe Aranha (2001, p.20),

estão ligados à construção de uma sociedade democrática, com conquista de sua cidadania, onde a diversidade seja respeitada, havendo aceitação e reconhecimento político das diferenças. A partir desse pensamento, torna-se necessário buscar metodologias, técnicas de ensino, estratégias e avaliações planejadas e adaptadas para avaliar os alunos inclusos nas redes regulares de ensino, garantindo o máximo de aprendizagem destes, respeitando a sua individualidade e necessidade.

Assim Luckesi (2011) diz que necessitamos aprender a avaliar, já que ainda estamos examinando mais do que avaliando; por isso precisamos saber distinguir examinar de avaliar na escola. Onde examinar caracteriza-se pela classificação e seletividade do educando e o ato de avaliar caracteriza-se pelo diagnóstico e pela inclusão.

Na elaboração de um projeto político, a avaliação deve ser articulada de maneira a construir ações que busquem um resultado favorável de aprendizagem ao desenvolvimento do aluno.

A escola e seus componentes assumem papel imprescindível no processo de formação cidadã do aluno, principalmente para os alunos inclusos. Embora o aluno traga consigo toda uma bagagem do seio familiar e reflexos de uma sociedade, ainda com pré-conceitos, o projeto inclusivo no ambiente escolar é responsabilidade do educador, da equipe pedagógica e direção escolar.

É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel - chave nos programas de necessidades educativas especiais. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, art. 46)

A formação específica e continuada do professor é essencial para que o aluno se sinta acolhido na sala de aula, criando um ambiente prazeroso, socializador e harmonioso, além de orientar os demais alunos sobre a importância das diferenças, promovendo uma formação responsável e cidadã.



Para que o processo ensino-aprendizagem e avaliação ocorram de maneira fluida e precisa, é necessário que sejam envolvidos diversos atores:

- Ao aluno, que tem o direito de saber do seu processo de ensino-aprendizagem para empenhar em superar suas necessidades.
- Aos pais, que são corresponsáveis pela Educação dos seus filhos e por boa parte de incentivo e estímulo destes.
- Ao professor, que deve avaliar-se constantemente no contexto escolar.
- A escola, que deve buscar a continuidade e coerência durante o percurso escolar dos educandos.

O trabalho em parceria entre escola e pais é fundamental para o sucesso escolar real do aluno, assim o ensino democrático e inclusivo tem mais chances de dar certo com a comunidade escolar envolvida, pois há participação e interesse por parte de todos. A avaliação é peça fundamental nesse processo, pois a partir dela é possível detectar o que há para melhorar e aperfeiçoar no trabalho realizado pela escola em especial na sala de aula.

Há necessidade de se investir na “aprendizagem da avaliação” para os educadores, já que a habilidade de examinar ainda acompanha a trajetória das nossas escolas.

A forma de agir e de estar no mundo de uma pessoa não pode mudar sem transformações advindas de suas atitudes, de suas representações, de seus saberes, de suas competências e de seus esquemas de pensamento e de ação. Essas são as condições necessárias para uma transformação duradoura das práticas. Portanto, na realidade a análise das práticas visa a uma transformação – livremente assumida – dos profissionais, ainda que nem sempre ela seja explícita. Por outro lado, essa transformação pode ser muito modesta, limitando-se a modificar um pouco o olhar sobre as coisas, sobre a auto-imagem e sobre o desejo de compreensão. (PERRENOUD, 2002, p. 124)

É preciso experimentar, investigar, buscar novas possibilidades, ultrapassar

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n1p528>

limites, encontrar conhecimentos significativos e válidos. Conceitos e teorias sobre como avaliar de nada adiantam sem que aja uma transformação, e uma busca constante do educador para constituirmos novos hábitos de aprendizagem, para uma educação inclusiva, formadora e significativa.

Os profissionais da educação têm o desafio de promover uma educação inclusiva que trabalhe em parceria com a família, para que aja uma melhor compreensão da criança, uma vez que a família é a responsável pela primeira formação da criança e o educador ao participar do processo de formação social e educacional proporciona à família conselhos e assistência necessários para que os resultados sejam positivos.

Conhecer as diversidades culturais e sociais dos alunos é extremamente fundamental para um ensino-aprendizagem de sucesso. Todos os alunos necessitam ser avaliados constantemente e diariamente. O professor de apoio ou especializado para alunos inclusos devem pautar-se da avaliação como termômetro para medir todos os dias os métodos e estratégias de ensino que estão e devem desenvolver com estas crianças, sendo também um momento de reflexão para mediar o conhecimento do aluno, lembrando os quatro pilares da educação: “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser”.

O docente deve conhecer o seu aluno, saber das suas dificuldades, necessidades, fragilidades, bem como das suas assertividades; conhecer a família para então compreender como avaliá-lo. Correia (1999, p. 34), fala as atividades educativas devem envolver a participação da comunidade escolar, possibilitando ao aluno desenvolver aptidões cotidianas para ter uma vida com mais dignidade e qualidade. Durante a avaliação de um aluno é o momento em que o professor faz reflexões sobre como agir no cotidiano escolar desse aluno, repensando metodologias e propostas, assim como Hoffmann (1996, p. 61) relata: “[...] a

avaliação é 'movimento', é ação e reflexão".

A avaliação então deve ser entendida como uma reflexão de ações, para tomada de decisão pedagógica, havendo, portanto a necessidade de ser planejada e reorganizada, devendo ser revisada constantemente. O professor deve ter um olhar crítico sobre a realidade do aluno, conhecer seu histórico escolar para que o seu processo de aprendizagem tenha seqüência.

A promoção de um ambiente harmonioso, seguro e que promova o desenvolvimento psicossocial, com interação social, faz com o ambiente se torne prazeroso com uma nova epistemologia sobre uma avaliação inclusiva, notoriamente pedagógica, mas com ensino inclusivo.

A inclusão de alunos na rede regular de ensino representa a quebra de paradigmas e concepções, para que o potencial desses alunos seja desenvolvido, respeitando suas diferenças e necessidades, não é somente a presença física de aluno, mas o seu bem-estar num ambiente transformador.

Uma avaliação inclusiva deve procurar atender a individualidade do aluno, promovendo ações, adaptações de maneira diversificada e facilitadora durante o período escolar.

O professor de apoio e/ou especializado deve ser conhecedor de práticas e estratégias significativas para trabalhar com os conteúdos curriculares com métodos que promovam o ensino-aprendizado. Deve ser um investigador constante para que tenha domínio do trabalho desenvolvido em sala de aula e para que consiga observar os frutos do seu trabalho. O professor deve estar preparado para assumir o desafio de ensinar alunos inclusos como um compromisso de cunho social junto com a instituição que leciona, pois deve estar apto a mudanças constantes das suas ações. Deve ter um olhar mais cauteloso e afetivo, ser reflexivo e tratar o outro com mais humanização e flexibilidade.

A educação inclusiva busca romper barreiras em busca de uma educação

diversificada, respeitando as diferenças e diversos ritmos de aprendizado, promovendo novas práticas pedagógicas.

Assim, a avaliação deve ser pensada, repensada e planejada para que seja capaz de entender o aluno como ser único e para que o educador seja ousado em suas atitudes, promovendo o aprendizado e a interação no ambiente.

### **Trilhar metodológico**

A metodologia utilizada para este trabalho foi o levantamento de dados, através de pesquisa com professores de apoio e professores da turma regular, com o objetivo de relatarem a maneira com que realizam a avaliação dos alunos inclusos. Foi realizado um questionário para os professores, que responderam de acordo com os aspectos relacionados a rotina de trabalho.

A intenção da pesquisa é conhecer como é feita a avaliação na educação inclusiva na rede regular de ensino na escola escolhida para tal pesquisa, pois atende alunos com necessidades especiais, no início da sua vida escolar. Também foi observado se os métodos de avaliação e metodologias atendem a Lei de Diretrizes e Bases (1994), valorizando as potencialidades do indivíduo como sujeito único.

A pesquisa foi realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil, localizado em bairro de classe média e baixa. A escola atende 165 alunos, em turnos matutino, vespertino e integral, 14 professores, 02 supervisoras (sendo uma para o turno matutino e outra para o turno vespertino), 01 diretora, 01 secretária, 06 monitores, 04 auxiliares de serviço (limpeza e merenda) e 02 ajustadas.

A escola possui material didático/pedagógico, dentre jogos, livros literários e blocos, ainda assim a escola fabrica com os alunos vários materiais de

sucata utilizados para o processo de ensino-aprendizagem de todos os alunos da escola.

### **Resultado e Discussão**

O resultado do trabalho propiciou uma visão geral sobre como a avaliação dos alunos inclusos é realizada e desenvolvida. Foi possível associar os métodos de avaliação e se estas estão de acordo com o que foi citado no desenvolvimento deste trabalho.

O educador "A" apresentou respostas baseadas na legislação e orientações do Ministério da Educação, quanto aos alunos inclusos: "Com o diagnóstico da deficiência do aluno incluído é instaurado uma adaptação do conteúdo curricular apto a beneficiar o aprendizado desses alunos". O educador A também afirma que: "A escola realiza a avaliação através da observação do desempenho do aluno, o professor nota as dificuldades e progressos da criança com necessidades especiais com os conteúdos e atividades propostas".

Embora o educador A, demonstre que a escola e seu trabalho são pautados no que determina a legislação, no que tange a avaliação do aluno incluído, observando suas habilidades e dificuldades, alerta que: "[...] muitos professores não possuem formação que contempla a educação especial, não sabendo, portanto distinguir o grau de dificuldade que o aluno incluído possui" e que muitas escolas ainda não conseguem atender todos os alunos inclusos porque não "apresentam requisitos e suporte adequado para suprir as necessidades". A sugestão desse educador é que haja contratação de "professores especializados para dar apoio aos alunos inclusos e mais equipamentos/materiais que contribuam para o aprendizado do aluno, seja qual for sua necessidade".

A resposta do educador A é positiva para as práticas de avaliação inclusiva,

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n1p528>

conforme Luckesi (2011) que aponta a avaliação educacional como um instrumento diagnóstico real que visa o crescimento, sempre apoiado em uma pedagogia transformadora e não conservadora. No entanto o educador A trás uma dificuldade encontrada no ensino-aprendizagem dos alunos inclusos, a falta de profissionais capacitados e especializados a trabalhar com as diversas necessidades especiais apresentada na Declaração de Salamanca (1994, art. 46). Observa-se que em meio às dificuldades cotidianas o professor busca caminhos para que as metas sejam alcançadas e a educação seja de fato construída respeitando a individualidade do aluno, com adaptações curriculares e estratégias diárias.

O educador "B" apresenta como respostas: "As avaliações se realizam com acompanhamento do profissional de apoio respeitando as individualidade e potencialidades e quando necessário a avaliação acontece em ambiente mais tranqüilo para garantia do êxito nas avaliações. A inclusão deve acontecer de fato na escola. O aluno incluso não só necessita de atendimento e avaliações adequadas às necessidades das quais ele é portador, mas deverá ser visto como um aluno igual aos outros; do contrário não seria inclusão propriamente dita. O professor de apoio acompanha o aluno individualmente afim de atendê-lo adequadamente e sanar as dúvidas inclusive a respeito ao seu potencial. A avaliação é igual a dos demais se diferencia apenas na forma de aplicação. Nem sempre a escola consegue atender a todos os alunos inclusos, mas procuramos adaptar de acordo com a demanda enfatizando prioridades. O educador B sugere que haja capacitação e instrução de toda comunidade escolar e servidores da escola para receberem o aluno incluso, destaca ainda a importância do professor de apoio como "essencial para que o aluno seja atendido adequadamente atendendo suas individualidades". O educador B destaca que a escola atende a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e o Decreto

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2019v5n1p528>

6.094/2007 que garantem o ensino regular para alunos com necessidades especiais através da ideia de Todos pela Educação. Também compartilha do pensamento de Correia (1999, p. 34), onde a comunidade escolar deve participar das atividades educativas.

No entanto apresenta uma avaliação igual para todos os alunos diferenciando-se apenas no método de aplicação, momento em que esta deveria ser aplicada para que o professor refletisse sobre o agir, repensando metodologias e propostas (Correia 1999, p. 34), afim de ampliar o leque de possibilidades de avaliação da criança inclusa. Luckesi (2011) afirma que necessitamos aprender a avaliar, pois examinamos mais do avaliamos, onde examinar caracteriza-se pela classificação e seleção e avaliar caracteriza-se pelo diagnóstico e pela inclusão.

O educador "C" relata que "após relatório médico, o conteúdo escolar é adaptado para melhor aprendizagem do aluno. A escola realiza as avaliações dos alunos inclusos com apoio dos professores regentes das turmas e o professor de apoio do aluno. A avaliação escolar dos alunos inclusos é de inteira relevância, pois é necessário acompanhar o desenvolvimento dos alunos, suas dificuldades e habilidades sanadas. A avaliação é realizada de acordo com a aprendizagem do aluno, respeitando suas particularidades e tempo necessário, com monitoramento do professor de apoio. Toda a equipe escolar se envolve no processo de aprendizagem do aluno incluso. Os professores que atendem os alunos inclusos na escola possuem formação na área". Como sugestão o educador C, propõe capacitação para a comunidade escolar e para as famílias, sobre o tema inclusão.

Observa-se que as informações prestadas pelo educador C, retratam o caminho a ser percorrido pelo profissional da educação, tanto o regente da turma quanto o professor de apoio, enfatiza a importância do trabalho em equipe e a

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2019v5n1p528>

necessidade de inserir a família como responsável pela educação da criança em casa e para que esta tenha conhecimento e trabalhe em parceria com a escola. Nestes aspectos o educador C demonstra partilhar do pensamento de Vygotsky (1987), que processos de interação são importantes na construção de conhecimentos mentais e que o desenvolvimento da criança é único/individual, onde a família é protagonista no aprendizado da criança.

O professor "D" relata que a avaliação "é realizada pelo professor de apoio individualmente para melhor atender, sanando suas necessidades para melhor desempenho. A escola procura avaliar e acompanhar o desenvolvimento diário do aluno incluso, procurando adaptar o que tem (infraestrutura e materiais didáticos), para melhor atender e suprir as necessidades de cada aluno. Os profissionais da escola são capacitados, com curso específico na área." Como sugestão o educador D cita a formação continuada de professores regentes e de apoio e fala da falta de apoio e parceria da família do aluno incluso.

O educador D, vem reforçar a presença do professor de apoio para os alunos inclusos e reforça o artigo 46 da Declaração de Salamanca onde a formação de professores especializados deve ser repensada, para que estes sejam capazes de atuar nas diversas situações envolvendo alunos com necessidades educativas especiais; também retrata dificuldade ainda encontrada com a família destes alunos, onde embora a família seja a responsável pela primeira educação da criança, ainda há uma sobrecarga na escola no que diz respeito as adversidades encontradas pelos pais na educação de uma criança com necessidades especiais, que muitas vezes despejam nas escolas a responsabilidade da família. Outro enfrentamento citado pelo educador D é o despreparo da escola, no que diz respeito à infraestrutura e materiais didáticos para receber alunos com necessidades especiais.

Todos os professores que participaram da pesquisa, sabem da



importância da avaliação, na promoção da individualidade do aluno incluso de maneira a proporcionar um ensino-aprendizado com qualidade, observando mais o aluno e utilizando a avaliação como movimento, ação e reflexão (Hoffmann, 1996), para promover oportunidades de aprendizagem.

A inserção do aluno com necessidades especiais no ensino regular significa a valorização do ser humano. A Declaração de Salamanca (1994), nos trás princípios, políticas e práticas na educação inclusiva que buscam um ambiente acolhedor e diversificado, com currículos, organização escolar, pedagogia, avaliação dentre outros elementos que propõem uma educação voltada para todos onde que a escola promova o potencial desses alunos, respeitando suas diferenças e necessidades, num ambiente que possibilite a superação, harmonização e o prazer de encontrar caminhos para sua auto-realização.

A educação inclusiva vem transformando o espaço escolar, através de políticas públicas que inserem e garantem a permanência dos alunos com necessidades especiais na escola regular, quebrando paradigmas e criando profissionais mais ousados e criativos para trabalharem com os alunos inclusos, para enfrentarem as barreiras que ainda persistem em relação a uma infraestrutura adequada e com materiais didático-pedagógicos que auxiliam e promovem um ensino de maior qualidade.

Há muito que mudar no que tange a estrutura física da escola, mas também é preciso fazer adaptações curriculares para que se cumpra o que determina a legislação. Mas, mais do que pensar em infraestrutura é preciso pensar em formação continuada e técnica para os profissionais das escolas, comunidade escolar e família, já que a inclusão é um movimento transformador social e cultural, com processos de aprendizagem e desenvolvimento diversos e com responsabilidades compartilhadas com todos àqueles responsáveis pela

educação da criança. Portanto, com a avaliação escolar é possível ter um olhar baseado na realidade da criança e de toda escola, a partir dela a escola e o professor conseguem propor mudanças necessárias e importantes para o ensino-aprendizado da criança, e significativos para um ensino inclusivo.

### **Considerações Finais**

A avaliação escolar na educação inclusiva, de acordo com o que foi apresentado neste trabalho, é um processo progressivo, contínuo e complexo, que resulta num diagnóstico crítico sobre a prática de ensino, buscando compreender as dificuldades e necessidades dos alunos, possibilitando um estudo acerca dos objetivos que devem ser alcançados para o sucesso da aprendizagem. Através da avaliação o professor consegue fazer suas inferências para adaptar o currículo da escola, de maneira que atenda a todos os estudantes.

A partir dos objetivos deste trabalho, efetivou-se uma pesquisa com profissionais do magistério, com resultados positivos para o estudo da avaliação na educação inclusiva. A sugestão de avaliação apresentada pelos professores pesquisados contribuiu para que se faça uma reflexão das práticas pedagógicas no dia a dia e questionar o processo avaliativo.

Os resultados da pesquisa foram de grande valia em termos de conhecimento, aprendizagem, com um olhar mais formativo/técnico, mais flexível, mais aberto à multiplicidade, aceitando as diferenças e dificuldades de cada educando e as necessidades da escola como desafios para uma educação de qualidade que busca ferramentas para valorizar o aluno respeitando sua individualidade, seu tempo e seu espaço.

A participação de todos os atores envolvidos no processo ensino e aprendizagem, faz a escola encontrar respostas para um processo que compreenda os avanços da educação inclusiva, respeitando a diversidade como

num todo. Conclui-se que através dos processos avaliativos e nas mudanças curriculares, utilizados pelos educadores será possível a transformação da sociedade em que vivemos, propiciando uma educação inclusiva, valorizativa, que contribua para a formação de sujeitos independentes, inseridos num contexto social múltiplo e diverso.

## Referências

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas** – 4. ed. – São Paulo : Cortez, 2009.

BRASIL. **LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm)>. Acesso em: 25 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** (Lei 8.069, de 13.07.1990) Brasília; Ministério da Justiça / COMANDA 2000

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1 e 2 graus, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)> Acesso em 25 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 24 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em 27 de out. de 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais** – orientações

gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais** – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão - Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília, MEC, 2003. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>. Acesso 20 Out 2018.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. **Constituição Federal.** Brasília, 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 25 out 2018.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 30 de out. 2018.

ESTEBAN, Maria Teresa (organizadora). **Escola, currículo e avaliação (Série cultura, memória e currículo, v. 5)** – 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

HOFFMANN, Jussara. Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 7ª ed. Porto Alegre/RS: Mediação. 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** – 6. ed. rev. e ampl. – São Paulo - :Heccus Editora, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições** – 22. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

MINAS GERAIS. **RESOLUÇÃO N 2197 DE 26 DE OUTUBRO DE 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas escolas estaduais de educação básica de Minas Gerais e dá outras providências.** Disponível em: <https://orientaeducacao.files.wordpress.com/2017/02/resoluc3a7c3a3o-see-nc2ba-2-197-de-26-de-outubro-de-2012.pdf>. Acesso em 03 de nov. de 2018.

MORETTO, Vasco Pedro. **Construtivismo**: a produção do conhecimento em sala. – 4. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**; tradução Cláudia Schilling. – Porto Alegre: Artmed, 2002.

SÁ, E.D et al. **Atendimento educacional especializado. Deficiência Visual**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

SANTOS, Glauciene Mendes dos; SILVA, Rosa Jussara Bonfim. In: **Humanidades & Tecnologia** – Faculdade do Noroeste de Minas/Paracatu: FINOM, 2015. v.10, n.10 dez.,2016. O fracasso do rendimento escolar e suas variantes propulsoras. p. 73 – 91

SASSAKI, Romeu. **Por que o termo “Tecnologia Assistiva”?** 1996. Disponível em: <http://www.cedionline.com.br/ta.html>. Acesso em 24 de Set. 2017.

TURRA, Clódia Maria Godoy. ENRICONE, Délcia. SANT’ANNA, Flávia Maria. ANDRÉ, Lenir Cancelli. **Planejamento de Ensino e Avaliação** – 11. ed. – Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto.

VIOLA. Sólon Eduardo Annes. **Direitos Humanos no Brasil: Abrindo portas sob neblina**. Curitiba. Ed. Unisinos. 2008 .